

**CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES**

QUADRIÉNIO 2017/2021

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 7/20**

**2020/04/02**



### **QUADRIÊNIO 2017/2021**

#### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2020**

Aos dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, por videoconferência, nos termos do nº 3, do art.º 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores: FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, RUI MANUEL MOUTINHO FERREIRA, MANUEL FERNANDO NOGUEIRA DA ROCHA, MARIA HERMÍNIA GUEDES MOREIRA, FILIPE SILVESTRE FERREIRA CARNEIRO.

A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal.

Sendo nove horas e trinta minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.



## 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as intervenções dos Vereadores Dr. Rui Moutinho, Dr. Manuel Fernando Rocha e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a síntese da relação relativa ao estado dos protocolos de transferência de competências nas Juntas de Freguesia solicitada pelo Vereador Dr. Rui Moutinho está pronta a ser entregue. Acrescentou que, em complemento, está a ser preparada uma relação, contrato a contrato, com o valor de cada uma das obras realizadas bem como o que falta executar, tarefa que se torna algo morosa.

Foi dada a palavra o Vereador Dr. Rui Moutinho que referiu o seguinte: " Senhor Presidente, relativamente ao documento que solicitei, não faço questão que me envie já e sim, quando estiver completo para ser analisado pelos vereadores do PSD. Senhor Presidente, tal como já o fizemos em ofício remetido a V. Ex<sup>a</sup>., os Vereadores da Câmara Municipal de Paredes eleitos pelo PSD, vêm por este meio, apresentar o seguinte protesto. No dia 18 de março de 2020 foi decretado o Estado de Emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, originada pela situação atual de emergência de saúde pública ocasionada pela doença do COVID-19, qualificada como uma pandemia internacional pela OMS. No seguimento deste Decreto, tem vindo o Governo a decretar um vasto conjunto de medidas tendentes, não só à contenção da propagação do vírus, mas também à proteção de alguns setores de atividade. Em toda a sociedade, em todos os órgãos governativos e na generalidade dos municípios, esta situação de emergência tem gerado consonância entre as forças políticas representadas nos órgãos, executivos e deliberativos, levando a que, quem detém o poder, o exerça com espírito colaborativo com e entre as demais forças políticas. E nós dizemos a generalidade, porque, infelizmente, em Paredes, assim não é. Apesar de, na última



reunião de Câmara Municipal os Vereadores eleitos pelo PSD terem de imediato demonstrado a sua disponibilidade para apoiar no sentido de se encontrarem as melhores e mais adequadas medidas de contenção e mitigação da propagação daquele para que, num futuro próximo, as medidas que viessem a ser necessárias para a proteção do tecido empresarial e comercial e, subsidiariamente para proteção do emprego em Paredes, dispusemo-nos a colaborar num espírito de sã democracia. Facto é que, até à presente data, em momento algum os Vereadores eleitos pelo PSD foram contactados ou lhes foi dado conhecimento ou auscultados sobre as medidas adotadas e/ou a adotar. Este procedimento tem vindo a ser usual desde que o PS ganhou as eleições em 2017, contudo, estávamos crentes que, numa situação de emergência nacional em que têm de se unir esforços e esbater as barreiras políticas e ideológicas a postura seria diferente. Foi um mero engano, a prepotência e arrogância que tem vindo a ser demonstrada, também neste momento se manifesta e agudiza. O mesmo se diga quanto à cooperação e colaboração com os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Neste momento, quero que fique claro que não há Juntas PS, PSD, CDU, CDS ou de outra força política, há Juntas de Freguesia e Freguesias onde residem paredenses, onde residem pessoas e todos devemos colaborar para combater esta situação de calamidade. Infelizmente, o que se verifica é que o PS continua a ostracizar as Freguesias onde não é a força maioritária. Senhor Presidente, queríamos transmitir-lhe que este não é o momento de combate político, este é o momento de todos, mesmo todos, nos unirmos e sermos solidários. Por isso, e mais uma vez, apelamos ao sentido de responsabilidade institucional que deve haver da sua parte para com todos os eleitos locais, todos sem exceção.”

Interveio o Vereador Dr. Manuel Fernando Rocha que solicitou que, as reuniões do Executivo Municipal, apesar de realizadas por videoconferência, dada a situação que o País vive, sejam transmitidas através da rede social Facebook. Lembrou que, no passado, os vereadores do PSD já o haviam solicitado pese embora, na altura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tivesse argumentado que tal não fazia sentido pois que uma das reuniões era aberta ao público e à qual qualquer cidadão teria acesso. Deu como exemplo, o que aconteceu com a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, quer, realizada por videoconferência, foi transmitida em direto.



Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que as reuniões de Câmara são o fórum de discussão com os senhores vereadores e que os vereadores do PS estavam inteiramente disponíveis para quaisquer esclarecimentos. Adiantou que o sentido de responsabilidade tem de ser biunívoco e que, quando se mente não se tem responsabilidade. Lamentou a acusação relativa à segregação de freguesias e deu como exemplo os recentes contratos interadministrativos de delegação de competências nas mesmas, independentemente da sua cor partidária. Afirmou que quem deseja dialogar com alguém, quer seja em reuniões de Câmara quer seja através de missivas, não pode usar expressões como “prepotência” e arrogância”, pois que não contribuem para o diálogo a que tanto apela o PSD. Destacou o ponto 7 da ordem do dia, no qual se irá discutir o Plano de Apoio à Economia Local e reiterou a total disponibilidade do Executivo em dialogar e prestar os esclarecimentos necessários. Relativamente à solicitação do Vereador Dr. Manuel Fernando Rocha, afirmou que a questão já foi mais do que esclarecida. Observou que, provavelmente em junho, as reuniões do Executivo Municipal voltarão a realizar-se no Salão Nobre. Defendeu que o mais importante é debater os assuntos pelo que não vê necessidade da transmissão das reuniões do Executivo Municipal através do Facebook.

## 2 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO DE 05 DE MARÇO DE 2020 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia 05 de março e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020/03/05.

## 3 - PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO DE 18 DE MARÇO DE 2020 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, a ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia 18 de março e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020/03/18.

#### 4 - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia um de abril do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: dois milhões setecentos e noventa e dois mil novecentos e dezoito euros e oito cêntimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: dois milhões seiscentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e sete euros e noventa e um cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

#### 5 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Contabilidade e Finanças, com o número de identificação de processo geral, dezassete mil oitocentos e trinta e três, datada de vinte e cinco de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de nove a vinte de março do corrente ano, no montante de quatrocentos e vinte mil trezentos e setenta euros e trinta cêntimos.



A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

6 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS ATÉ AO MONTANTE DE 2.400.000€ - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta datada de trinta de março do corrente ano, proveniente do Gabinete da Presidência, a propor ao Executivo Municipal a aprovação da minuta do contrato referente ao empréstimo de médio e longo prazo para aplicação em investimentos até ao montante de € 2.400.000,00.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que após aprovada a melhor proposta bancária pelos órgãos executivo e deliberativo, torna-se necessária a aprovação da minuta do contrato com a vista ulteriores procedimentos legais.

Pediu a palavra o Vereador Dr. Rui Moutinho que referiu o seguinte: “Senhor Presidente, pelas mesmas razões que já lhe enunciamos em reuniões anteriores em que este assunto foi debatido, vamos abster-nos.”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, tal como decorre da Lei, os investimentos nos quais vai ser aplicado o financiamento ora em discussão o qual só poderá ser utilizado após ser visado pelo Tribunal de Contas, estão perfeitamente identificados. Realçou que os investimentos em causa terão que ser realizados até ao final do ano, independentemente do montante utilizado.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS A FAVOR DO PS E QUATRO ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO REFERENTE AO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS ATÉ



AO MONTANTE DE DOIS MILHÕES E QUATROCENTOS MIL EUROS. MAIS FOI DELIBERADO, CONFERIR PODERES AO SENHOR PRESENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A RESPETIVA OUTORGA DO CONTRATO PARA ULTERIORES PROCEDIMENTOS.

#### 7 - PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a proposta relacionada com o Plano de Apoio à Economia Local de Paredes, datada de trinta de março do corrente ano.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal informou que não participava na discussão e votação do presente assunto.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que para o presente Plano o Executivo estima, para já, um valor que poderá ascender a um montante de 500 mil euros para os próximos três meses. Acrescentou que o Plano visa o apoio a famílias cujos rendimentos venham a ser afetados devido ao regime do *lay off*, ou possam ficar desempregadas em função do flagelo provocado pelo Covid-19. Observou que o referido Plano apresenta apoios a diversos níveis, nomeadamente aos particulares no que diz respeito aos serviços prestados pelo município, como seja a devolução da tarifa de recolha do lixo. Realçou que, à posteriori, serão devolvidas as verbas aos munícipes que estiverem na situação de *lei off* ou desempregados, o que deverá verificar-se a partir do final do mês de março e no mês de abril, para o que os formulários de acesso a estes benefícios estarão brevemente disponíveis no site da Câmara Municipal. Adiantou que outro dos benefícios tem a ver com a devolução da tarifa fixa de água e saneamento para todos os munícipes que estejam nas condições já afloradas. Destacou que serão ainda reforçados os apoios sociais pontuais bem como ao nível de fornecimento de cabazes e medicamentos pois que existirão situações diversas nos agregados familiares e em que ambos os contribuintes possam ficar em *lay off*, ou um deles em *lay off* e o outro desempregado ou ambos desempregados. Referiu que, ainda ao nível das famílias e porque os alunos fazem parte das famílias, outra questão que poderá absorver grande parte dos 500 mil euros tem a ver com o apoio aos alunos pois que é por demais evidente que o próximo período letivo não irá decorrer nos mesmos moldes, pelo menos com aulas presenciais, mas sim por telescola ou videoconferência. Adiantou





que nenhum aluno de Paredes poderá ficar prejudicado por não ter em casa um computador com a disponibilidade para poder assistir às aulas por videoconferência ou mesmo pelo facto de não ter acesso à internet e, consequentemente, não ter acesso às aulas. Observou que a Câmara Municipal já se encontra a articular este aspeto com os agrupamentos escolares no sentido de se apurar o universo de alunos que não disponham dos meios adequados para que a Câmara Municipal possa intervir, apesar de correr o risco de existirem vereadores que o vão acusar de arrogante e prepotente e que o Município se está a substituir ao Ministério da Educação. Realçou que a Câmara Municipal está é preocupada com os paredenses pelo que não permitirá que os alunos mais necessitados sejam prejudicados. Relativamente aos apoios às empresas, destacou um apoio que é transversal a todas, independentemente do facto de terem entrado em *lay off* ou terem encerrado definitivamente. Lembrou que, tal como previsto no orçamento municipal para 2020, as empresas que faturam até 150 mil euros e onde se incluem o pequeno comércio e a restauração, teriam de pagar uma taxa de derrama de 0,5%. Acrescentou que, pelo facto de já ter sido comunicado à Administração Fiscal, não poderão ser isentadas pelo que a referida verba será devolvida pela Câmara Municipal. Afirmou que no próximo ano estes empresários ficarão isentos do pagamento da derrama se bem que só pagará este imposto aqueles que registarem resultados positivos o que, lamentavelmente, não acontecerá com muitas das empresas do Concelho. Adiantou que, também para as empresas que aderiram ao *lay off* ou encerraram, foram adotadas as mesmas medidas adotadas para os particulares como seja o não pagamento da tarifa do lixo e da componente fixa da água e saneamento. Referiu que estas medidas não abrangem os supermercados e hipermercados que até estão a faturar ainda mais do que aquilo que faturaram no ano transato, mas para o pequeno comércio e indústrias que possam entrar em *lay off* ou encerrem. Observou que após terem surgido os primeiros casos, a preocupação da Câmara Municipal foi desde logo com as IPSS's às quais foi reforçado o apoio pois que estas seriam as instituições que mais planos de contingência e mais despesas iriam ter com este problema. Deu conta do reforço dos subsídios àquelas instituições com a atribuição de 750 euros para cada uma e um pouco menos para as de menor dimensão. Justificou este apoio extraordinário a estas instituições com o facto de as mesmas, para além de terem de se reforçar com equipamentos de proteção individual, terem a funcionar em si mesmas centros de dia. Observou que por questões de contingência, os utentes não poderiam estar misturados nos lares o que obrigou à prestação de apoio individual nos respetivos domicílios o que se traduz num acréscimo de custos com



deslocações e pagamento de horas extras aos respetivos funcionários. Realçou que esta medida se manterá enquanto a situação atual se verificar a qual se estende também às corporações de bombeiros e delegações da Cruz Vermelha do Concelho. Destacou a colaboração destas entidades com o município, nomeadamente na sua limpeza e desinfeção, bem como no apoio aos idosos que não desfrutam da ajuda das IPSS's. Observou que estes idosos estão referenciados como idosos que não possuem retaguarda familiar e de quem as corporações de bombeiros e as delegações da Cruz Vermelha têm um conhecimento mais amplo. No que diz respeito às associações desportivas, manifestou a disponibilidade da Câmara Municipal no apoio às mesmas. Esclareceu que irá reunir, também por videoconferência, com os presidentes dos principais clubes de Paredes com vista a aferir quanto ao tipo de apoios de que estão a auferir das associações de futebol, assim como para ter a perceção de como estão a encarar a situação atual e qual a forma encontrada para satisfazer os seus compromissos fixos. Revelou que uma das medidas tomadas pelo Executivo Municipal tem a ver com a antecipação dos valores dos protocolos de formação, apesar de se saber que, até ao final da época em curso, a atividade relacionada com a formação estar suspensa. Referiu que igualmente serão antecipados os subsídios às corporações de bombeiros que têm sido anualmente aumentados em 20%. Realçou que, em face da atual situação, a Câmara Municipal poderá aumentar o valor dos subsídios relativos ao presente ano. Referiu que igual procedimento será adotado relativamente às associações culturais com quem o município tem também protocolos subsidiários afim de se prepararem melhor para as dificuldades inerentes à situação, pese embora possam não estar a ser tão fustigadas com o Covid-19. Quanto a subsídios em espécie, revelou que a Câmara Municipal iniciou a distribuição de EPI's a qual será intensificada. A este nível esclareceu que, quer as IPSS's, quer as corporações de bombeiros, preferiram que fosse a Câmara Municipal a adquirir e distribuir o referido equipamento ao invés de receberem um subsídio para tal, pois que as negociações para tal estariam mais facilitadas em virtude da quantidade de material a requisitar. Prometeu apresentar na próxima reunião de Câmara uma relação dos EPI's entregues a cada uma das associações afim de ser ratificada. Afirmou ainda que os feirantes, por estarem impedidos de exercer a sua atividade, serão isentados do pagamento do imposto de terrado. Quanto às taxas relacionadas com a publicidade e esplanadas, revelou que a Câmara Municipal procederá à devolução das respetivas verbas. Deixou a garantia de que, apesar de ser este o valor previsto para os primeiros três meses, no caso de este estado se prolongar, o Executivo Municipal não deixará de fazer a devida reavaliação e



acomodação de outras verbas. Acrescentou que ao longo de dois anos não foi necessário parar com as obras municipais que continuam e mesmo assim ter conseguido uma redução do passivo em 15 milhões de euros como se constatará na análise às contas do município. Defendeu que tal facto permitiu que a Câmara Municipal fosse capaz de ir ao mercado e fazer um financiamento. Observou que a Câmara Municipal se encontra estruturada, não só para afetar todas as verbas que seriam necessárias para eventos que estão a ser cancelados para apoio social sem que isso cause moxa às finanças do município. Adiantou que ao contrário daquilo que alguns demagogos têm vindo a veicular, se a legislação vier alterar o limite de endividamento dos municípios como é previsível que o venha a fazer, permitindo que se vá ao mercado fazer financiamentos para fazer face à situação vigente, o que, ao contrário do que alguns demagogos dizem ainda não é permitido, o Executivo Municipal, desde que necessário, não deixará de ir ao mercado com vista ao reforço dos apoios sociais o que, presentemente, o município não tem necessidade de fazer. Manifestou disponibilidade para a discussão do presente plano com todos, desde que o façam sem demagogia, ilusões e irrealismos.

Foi dada a palavra ao Vereador Dr. Rui Moutinho que referiu o seguinte: “Senhor Presidente, aqui temos o exemplo cabal do que acabamos de referir no período de antes da ordem do dia. E desde já, como é óbvio, refutar a afirmação de há momentos do senhor Presidente de que usamos da mentira porque o senhor sabe que o que afirma a este propósito é falso. Em momento algum usamos de mentira, fomos claros, fomos verdadeiros como costumamos ser. Nesta matéria, o senhor inclusive já deu largas à sua imaginação quanto aos meios a usar para divulgar e propagandar estas medidas e não teve, uma única palavra para com os vereadores eleitos pelo PSD que, tal como o senhor, são membros eleitos e de pleno direito da Câmara Municipal. Basta olhar para os municípios aqui à volta, sejam de maioria PSD ou PS, e verificar que auscultam e quase diariamente concertam com todos os vereadores as medidas a adotar em cada momento. Aqui, em Paredes, diz-nos o senhor Presidente que o faremos de quinze em quinze dias nas reuniões de Câmara. Está visto a consideração que o senhor tem para connosco e está visto que, de facto, aquilo que poderiam ser contributos do PSD, porque aquilo que poderiam ser os nossos contributos não são ideias nossas, são para melhorar a qualidade de vida dos paredenses. Está visto que o senhor acha que não servem para nada! Lamentamos que assim seja. Quanto ao plano em si mesmo, como é óbvio, vamos votar a favor. De todo o modo, senhor Presidente, este plano é



vago, e acima de tudo demonstra falta de ambição e de sentido de Estado. Medidas como reforçar as verbas para apoio social a medicamentos, são uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. Fazem-nos lembrar a promessa eleitoral do PS de pagar todos os medicamentos e quem tivesse mais de 65 anos. Promessas que, como o senhor sabe, o vento levou. Basta também ver o apoio que se coloca como sendo a tábua de salvação para as IPSS's e logo se verá que, basta olharmos para aquilo que são as necessidades das IPSS's em EPI's, de facto, este valor é insuficiente. É lógico que isto demonstra já algum caminho que estamos a percorrer e nesse sentido damos a mão à palmatória e temos que dizer muito bem, é necessário fazer alguma coisa e estão a fazer. Agora, aquilo que entendemos é que poderíamos fazer mais, devemos fazer mais porque, nesta matéria, não pode haver promessas, tem de haver concretização, temos acima de tudo de ultrapassar as barreiras ideológicas e remar todos, mas mesmo todos, para o mesmo lado. E quero dizer-lhe uma coisa senhor Presidente, as medidas que nós propomos, não fazemos questão absolutamente nenhuma que se diga, nem vamos fazê-lo como sendo medidas nossas. As medidas que lhe propomos e que vamos elencar a seguir, são medidas que entendemos que a Câmara deve aplicar e o senhor pode propagandeá-las como sendo a Câmara como tendo sido o senhor, para nós é-nos indiferente quem teve a ideia. O importante é que se tomem medidas essencialmente para mitigar e conter a propagação do vírus e, acima de tudo, aquilo que todos entendemos que é necessário que é preparar o futuro próximo, fazer com que as famílias consigam sair desta fase crítica com um rendimento que lhe permita uma vida adequada e acima de tudo, que as empresas consigam ter solvabilidade para que consigam continuar a produzir e é isso que nós queremos. Por isso senhor Presidente, os Vereadores eleitos pelo PSD, para além daquelas medidas que o senhor agora nos propõe que sejam aprovadas, apresenta também as seguintes que entendemos serem necessárias, algumas delas em reforço daquilo que o senhor já disse, mas outras que nos parece que deveriam ser adotadas. Uma delas tem a ver com a prioridade absoluta ao combate ao COVID-19, e quando eu digo isto tem a ver com o facto de, se calhar como iremos ver à frente, temos aqui propostas de atribuição de subsídios para algumas atividades que sabemos que não vão realizar-se, concentrar todo o esforço municipal, sem prejuízo de se levar a cabo as obras que também sejam necessárias e como disse e bem, é necessário fazer um esforço para o combate ao COVID-19, mas não vamos fechar as portas à Câmara, entendemos muito bem. Mas, é necessário, por exemplo, apoiando com a doação de equipamento hospitalar aos profissionais de saúde das USF do concelho de Paredes e do CHTS.



Reforçar a fiscalização nos espaços públicos para evitar a concentração de pessoas. Isto porquê, senhor Presidente? Nós verificamos infelizmente pelas redes sociais que em determinados locais do concelho de Paredes ainda continua a haver concentração de pessoas. É lógico que isto não é uma responsabilidade da Câmara, não é a Câmara que tem culpa das pessoas se concentrarem, mas, se calhar, fazer uma campanha. Utilizar os inúmeros outdoors que a Câmara dispõe no Concelho para fazer campanhas de sensibilização, neste sentido utilizando, um exemplo que lhe demos, eventualmente mensagens de figuras públicas do concelho. Na carta que lhe enviámos demos exemplos (Rui Barros, Jaime Pacheco, José Mota, João Ribeiro, Carlos Daniel, etc e outros que com certeza se disponibilizarão). Acho que devíamos fazer campanhas nesse sentido para que as pessoas se consciencializassem que o recato e o não sair do seu lar é uma das medidas mais importantes para o combate ao vírus. Outra medida, como é lógico, é a de manter todos os vereadores informados da evolução dos infetados no Concelho de Paredes e reunindo com todos, por vídeo conferência, sempre que se justifique a adoção de novas medidas. Estamos aqui para ajudar, para apoiar e não simplesmente para ratificar medidas. Somos vereadores da oposição, não somos vereadores da ratificação. Estamos aqui dispostos a colaborar e, mais uma vez reitero, não são as nossas, são as medidas que a Câmara irá tomar. Aquilo que possam ser os nossos contributos, não pretendo pura e simplesmente dizer que fomos nós que tivemos a ideia. Depois, entendemos que deve ser reforçada a sensibilização junto das pessoas, enviando via infomail, os testemunhos de sensibilização das figuras publicas para casa, para que as pessoas fiquem em casa em total isolamento. Negociar com a Be Water a redução da fatura de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e, se necessário, assumir a Câmara Municipal o suporte de uma redução, num mínimo de 50%, apoiando assim as famílias e as empresas, designadamente nas seguintes componentes: Isenção da componente fixa da tarifa de água e saneamento (tarifa de disponibilidade) às empresas e estabelecimentos comerciais que foram forçados a fechar portas, enquanto durar a pandemia; Desconto de 50% na fatura da água, a partir do mês de Abril, inclusive, e até ao fim da pandemia, para as famílias e empresas e quando dizemos para as famílias e empresas é para todas. O senhor Presidente coloca a fasquia naquelas que têm que ser fechadas ou naquelas que venham a decretar lay off, eu abriria o leque para mais porque, de facto, todas as pequenas e médias empresas vão sentir este problema mesmo que não tenham, sido forçadas a encerrar portas, por força da lei porque não estão a encerrar portas mas não têm produção, não têm clientes, portanto, vão sentir a mesma dificuldade; Suspensão imediata dos



cortes de fornecimento da água e permissão para pagamento em prestações para as famílias e empresas que estiverem em incumprimento. Prestações que, na nossa ótica, permitindo-se esse pagamento em prestações, deveria ser sem qualquer encargo adicional, seja de juros de mora ou compensatórios. Outra medida que o senhor disse e bem e ainda bem que assim já foi decidido, a isenção total durante a pandemia do pagamento de publicidade, esplanadas e similares, feiras, feirantes e vendedores ambulantes, isenção do pagamento de todas as mensalidades nos equipamentos municipais e até lhe digo mais. Senhor Presidente, relativamente àqueles valores que eventualmente tenham sido pagos e eventualmente possam não ser devolvidos, acertar com as pessoas uma futura mensalidade ou para um período futuro. Nessa medida e de acordo com aquilo que nos disse há pouco, parece-nos que esta nossa proposta já foi implementada, portanto, achamos muito bem e concordamos com a proposta que foi feita. Depois, entendemos senhor Presidente, que no ano 2020 deve ser devolvida às famílias a receita de IRS a que a Câmara Municipal tem direito. E também relativamente à derrama, entendemos que ela deve ser alargada a todas as PME, ou seja, deve haver uma isenção total da derrama às PME e não só àquelas que têm um volume de negócios como o senhor propõe. Apoio extraordinário, às associações e clubes desportivos do concelho de forma a suportarem os custos fixos idêntico ao criado para as IPSS. Isto porque, neste momento, grande parte das instituições desportivas do concelho têm necessidade de pagar aos seus atletas, suportar custos fixos que têm e aquele valor que o senhor se propõe adiantar e que está de acordo com o contrato-programa poderá não ser suficiente. Portanto, pensar na possibilidade de alargar o valor do apoio e reforçar aquilo que está nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo. Também propomos uma redução em 50% dos valores das rendas das habitações sociais e suspensão de todos e quaisquer procedimentos tendentes e resultantes de cobrança coerciva se eventualmente houver atraso nos pagamentos. E, como é lógico, a suspensão de atividades e eventos neste momento porque não só é um exemplo que se dá às pessoas de que, de facto, se evita concentração, mas, ao mesmo tempo, poderá canalizar verba para aquilo que vão ser as medidas que terão que ser adotadas, estas ou outras, que venham a ser consideradas como importantes. Se possível, colocar os trabalhadores em teletrabalho mantendo os serviços essenciais, mas mantendo os colaboradores todos em teletrabalho. Alerta para as ofertas muito vantajosas de equipamentos informáticos recondicionados que estão no mercado e que poderia levar a um encargo muito menor com a medida que pretende implementar para os alunos e que nós apoiamos como é lógico. Uma outra





medida seria reforçar o atendimento telefónico on-line porque, de facto, aquilo que se nota é que, neste momento, grande parte das pessoas vão ter um afluxo de contacto com a Câmara através dos serviços online. Reforçar a Rede Social e os seus parceiros e disponibilizar medidas sociais para que se consiga apoiar aqueles que estão neste momento numa situação de carência e dificuldade económica. Essencialmente são estas as nossas propostas e, mais uma vez, quero que fique claro: estas não são as nossas propostas, estes são os nossos contributos para que a Câmara Municipal tenha a melhor solução e a solução mais assertiva para resolver este problema. Estamos aqui não para dizer que fomos nós que tivemos a ideia, mas para contribuir para que a Câmara Municipal a que o senhor preside, tenha um conjunto de medidas que vão de encontro àquilo que são as necessidades das populações neste momento e das empresas e populações num futuro muito próximo.”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que reiterou que, desde que não sejam utilizados os termos “arrogância” e “prepotência” que muito caracterizam o Vereador Dr. Rui Moutinho, quer seja de forma oral, quer seja por escrito, não vê quaisquer problemas em reunir para além das reuniões quinzenais, seja formal ou informalmente. Destacou que tem sido uma constante as reuniões do Executivo Municipal com os vários parceiros sociais. Relativamente às medidas apresentadas, referiu que, tirando uma ou outra que poderão ir além das por si mencionadas, são as mesmas medidas que estão a ser implementadas. No que diz respeito ao apoio ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, referiu que para além dos fóruns de discussão que o Executivo Municipal tem tido com os municípios da Área Metropolitana do Porto dado que estas medidas têm que ser articuladas com os concelhos da mesma, tem havido reuniões com os presidentes de câmara da CIM-Tâmega e Sousa que acederam a que Paredes participasse em tais reuniões, pois que todos partilham o mesmo hospital. Revelou que foram adquiridos 11 ventiladores que serão custeados pelo município de Paredes e os 11 municípios da CIM-Tâmega e Sousa para serem entregues ao Hospital Padre Américo. Quanto à campanha de sensibilização, afirmou que é intenção da Câmara Municipal realizar um vídeo envolvendo várias profissões e personalidades uma vez que utilizar os outdoors quando se pede recato, talvez não seja a melhor via. Relativamente ao infomail referiu que não lhe parece ser uma solução viável pois que os correios não estão a funcionar a 100% além de que, levar mais um papel a casa das pessoas poderá ser mais uma forma de contágio pelo que há que ter todo o cuidado. Relativamente ao desconto



de 50% no custo da água, referiu que o Executivo Municipal defende que tem que apoiar quem realmente precisa de apoio o que não é o caso de todos, nomeadamente daqueles que não verão os seus rendimentos reduzidos. Discordou do facto de se dizer que o reforço dos cabazes de alimentação e dos apoios sociais serem medidas vagas. Sublinhou que, para além dos apoios fixos existentes, serão reforçadas as verbas para o apoio às famílias que manifestem dificuldades no pagamento da água e da luz. Deu conta de que a BE WATER já comunicou que não fará cortes de água permitindo o pagamento faseado. Refutou por completo a medida respeitante à devolução do IRS, uma vez que quem paga IRS é quem mais rendimentos auferir. Defendeu a necessidade de se canalizar as verbas provenientes dessa medida para reforçar o apoio social e ajudar quem mais precisa. Relativamente à derrama, revelou que a Câmara Municipal começará por devolvê-la aos pequenos comerciantes. Adiantou que não faz sentido isentar supermercados entre outras PME's, pois que continuarão a laborar e prometeu uma análise desta medida relativamente a 2020. Quanto ao apoio aos clubes, esclareceu que irá reunir com os seus responsáveis afim de se aquilatar das suas necessidades. Adiantou que não estão a ser realizados quaisquer tipos de eventos e que as Festas da Cidade e do Concelho não serão realizadas podendo salvar-se o programa religioso caso as circunstâncias, entretanto, assim permitirem. Acrescentou que outros eventos igualmente cancelados prendem-se com o "Paredes Handball Cup" e com o Rally de Portugal cujas verbas serão canalizadas para o apoio social. Relativamente ao reforço do atendimento telefónico, referiu que os funcionários estão em teletrabalho e daí resultar um maior afluxo das chamadas telefónicas pese embora a necessidade de uma maior assertividade para o que irá ser intensificada a formação. Manifestou a sua discordância no desconto de 50% proposto para as rendas de habitação social uma vez que estas já são rendas sociais e, como tal, muito mais baixa do que qualquer outra praticada no concelho. Defendeu que estes munícipes já beneficiam deste apoio e beneficiarão dos outros no caso de redução dos respetivos rendimentos. Observou que a crise económica será gravíssima até porque não tem só a ver com a questão do *lay off*, mas também com as dificuldades que as empresas sentirão no regresso a atividade, pois que não bastará apenas a ajuda do Estado e da Câmara Municipal de Paredes para ditar a produção destas. Adiantou que será o mercado a ditar a produção destas empresas e demorará o seu tempo até que o mercado retome a sua normal atividade. Referiu que se regozija pelo facto dos vereadores do PSD não se reverem nas medidas preconizadas pela Comissão Política do PSD tornadas públicas recentemente. Adiantou que existem dois PSD's, mas que o que interessa ao





Executivo Municipal é a defesa dos interesses dos paredenses. Manifestou a sua satisfação pelo facto do vereador Dr. Rui Moutinho não ter avançado com a ideia que considerou completamente irrealista, demagoga e sem adesão à realidade, que se prende com a sugestão de afetar o empréstimo de 2 milhões e 400 mil euros às medidas de apoio social. Defendeu que só um impreparado para a assunção da Câmara Municipal de Paredes pode colocar em cima da mesa tal proposta. Lembrou que para que aquele empréstimo merecesse a aprovação dos órgãos municipais e consequente visto do Tribunal de Contas, havia que definir a afetação do mesmo a investimentos de capital, pelo que o empréstimo não podia legalmente ser canalizado para apoios sociais. Realçou que, apesar de não estar previsto qualquer adiamento do pagamento do IMI por parte do Governo, esta é uma das principais receitas da Câmara Municipal e lembrou que desde 2018 que o Executivo vem reduzindo a taxa de IMI para taxas inferiores. Manifestou-se esperançado e expectante relativamente à receita de IMI que entrará em junho, pois que, se a mesma baixar, não restarão dúvidas de que o Governo terá de adotar medidas de apoio aos municípios com vista à satisfação dos seus compromissos de acordo com os respetivos orçamentos. Acrescentou que, no caso de ser publicada uma Lei em que autorize um financiamento específico para atender à situação vigente excluindo-o do limite de endividamento, o Executivo não deixará de analisar esta hipótese, pois que está preparado para o pagar. Sublinhou que, estrategicamente, até porque possui as suas finanças completamente organizadas e dado o financiamento de médio/longo prazo, o Executivo Municipal não solicitou qualquer financiamento de curto prazo, também pelo facto de não sentir necessidade para tal. Esclareceu que a verba para o pagamento do subsídio de férias aos funcionários está já acomodada independentemente da altura em que o município possa contar com a receita do IMI.

O vereador Dr. Rui Moutinho deu conta da necessidade de se sinalizarem as famílias que têm dificuldades económicas e sem capacidade de fazer as compras do seu dia a dia no sentido de lhes ser distribuído um vale de compras para ser descontado num estabelecimento por si escolhido, um sistema adotado por alguns municípios. Refutou a acusação da existência de dois PSD's e salientou que os vereadores eleitos pelo PSD falam em uníssono, pese embora possam existir outras ideias que podem divergir como é normal que possa acontecer.



O Senhor Presidente da Câmara deu conta da estupefação de alguns colegas presidentes de outras câmaras municipais perante tal sugestão, até mesmo daquelas que têm poder financeiro para afrontar a atual situação. Voltou a lamentar o teor do comunicado do PSD e apelou à contenção de quem não tem a mínima noção do que é gerir o município.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL DE PAREDES. MAIS FOI DELIBERADO REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.

8 - SINALIZAÇÃO VERTICAL NA AVENIDA GRANJA DA FONSECA (PARQUE DA CIDADE)-  
PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, dezasseis mil trezentos e setenta e nove, datada de dezassete de março do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à sinalização vertical na Avenida Granja da Fonseca (Parque da Cidade), na freguesia de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À SINALIZAÇÃO VERTICAL NA AVENIDA GRANJA DA FONSECA (PARQUE DA CIDADE), NA FREGUESIA DE PAREDES, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

9 - CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTRUÇÃO DA PISCINA EXTERIOR DE PAREDES -  
ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO, ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS E



## PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral, dezasseis mil quinhentos e trinta e quatro, datada de trinta de março do corrente ano, proveniente da Divisão de Gestão de Obras Municipais, a remeter ao Executivo Municipal os esclarecimentos, erros e omissões, retificação e alteração das peças procedimentais e prorrogação de prazo para apresentação de propostas, relacionados com o concurso público para construção da Piscina Exterior de Paredes.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o presente concurso está em curso pelo que se solicita a aprovação dos esclarecimentos entretanto solicitados afim de se retomar o prazo para apresentação das propostas.

Pediu a palavra o Vereador Dr. Rui Moutinho que referiu o seguinte: “Senhor Presidente, os vereadores eleitos pelo PSD já se pronunciaram sobre esta temática e, por mais de que uma vez, disseram que concordam com a necessidade deste equipamento, muito embora discordem da localização proposta, tendo apresentado alternativa que nos parece mais adequada. Contudo e uma vez que essa proposta não foi acolhida, e porque não pretendemos de todo que se diga que inviabilizamos o investimento, iremo-nos abster na votação deste assunto.”

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS A FAVOR DO PS E QUATRO ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR OS ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, RELACIONADOS COM O CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTRUÇÃO DA PISCINA EXTERIOR DE PAREDES.

10 - PROCESSO 492/06P, EM NOME DE PEDRO MANUEL MARTINS LOPES - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, um despacho proveniente da Divisão de Gestão Urbanística, datado de vinte e quatro de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 492/06P, em nome de Pedro Manuel Martins Lopes, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 492/06P, EM NOME DE PEDRO MANUEL MARTINS LOPES, NOS PRECISOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

11 - PROCESSO 102/09P, EM NOME DE JOÃO PAULO ALVES COSTA VIEIRA - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um despacho proveniente da Divisão de Gestão Urbanística, datado de vinte de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 102/09P, em nome de João Paulo Alves Costa Vieira, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 102/09P, EM NOME DE JOÃO PAULO ALVES COSTA VIEIRA, NOS PRECISOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

12 - SEGUNDA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PAREDES - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral, sessenta e seis mil e sessenta e seis barra dezoito, datada de dezasseis de março do corrente ano, proveniente da Divisão de Planeamento, a propor ao Executivo Municipal a prorrogação do prazo de elaboração da segunda revisão ao Plano Diretor Municipal de Paredes.

Solicitou a palavra o vereador Dr. Manuel Fernando Rocha que referiu que na altura em que foi aberto foi referido que este procedimento teria de ser concluído em julho próximo. Observou que foi por várias vezes dito que tal facto resultava de legislação específica para o feito pelo que, em 2020, teria que estar concluída a referida revisão. Manifestou a sua concordância com a prorrogação proposta, pois que a prioridade atual é outra e solicitou esclarecimentos sobre se a prorrogação ora em discussão resulta de eventual alteração à legislação que obrigou a que a revisão fosse feita na altura em que foi aberto o procedimento.

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que no presente assunto se verifica uma situação de cautela do município dado que existiam indicações, ainda antes da pandemia que se vive, de que os prazos teriam de ser prorrogados. Revelou que o município de Paredes estará numa fase mais adiantada ao contrário de outros municípios que só agora encetaram os seus processos. Observou que já foi pedida a prorrogação do prazo pela Associação Nacional de Municípios que deverá estar para breve. Acrescentou que, relativamente ao município de Paredes, se trata de uma antecipação da deliberação a qual irá de encontro àquilo que a legislação prevê, sendo esta uma opção própria, tendo em conta as indicações recebidas. Observou que ao nível da CCDRN todos os prazos estão suspensos, daí que o prazo atual nunca poderá ser cumprido. Adiantou que a Câmara Municipal pretende adaptar as respetivas deliberações nesse sentido, de acordo com as indicações que têm sido dadas.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO DA SEGUNDA REVISÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PAREDES, CONFORME INFORMAÇÃO APRESENTADA.



13 - ISENÇÕES DO PAGAMENTO DA TRSU PELO MOTIVO DE DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação com o número de identificação do processo geral dezasseis mil cento e dois, datada de doze de março do corrente ano, proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, a remeter ao Executivo Municipal, dezoito processos de isenção do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social, bem como a anulação das dívidas existentes em todas as situações que a mesma informação prevê.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, BEM COMO A ANULAÇÃO DA DÍVIDA EXISTENTE, EM TODAS AS SITUAÇÕES PREVISTAS NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

14 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO EM QUE É REQUERENTE ILDA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS AUGUSTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, setenta e cinco mil quinhentos e quinze barra dezanove, datada de treze de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio para aquisição de medicação, em que é requerente Ilda da Conceição dos Santos Augusto, da freguesia de Sobrosa.

Colocado o assunto a votação,



A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 12º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO EFETUADO POR ILDA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS AUGUSTO.

15 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO EM QUE É REQUERENTE MARIA LA SALETE PACHECO BARBOSA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, oitenta mil setecentos e sessenta e cinco barra dezanove, datada de dezasseis de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio para aquisição de medicação, em que é requerente Maria La Salete Pacheco Barbosa, da freguesia de Duas Igrejas.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 12º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO EFETUADO POR MARIA LA SALETE PACHECO BARBOSA.

16 - PEDIDO DE APOIO DE CARÁCTER URGENTE E EXCECIONAL EM QUE É REQUERENTE ANTERO ANTÓNIO NASCIMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, onze mil quatrocentos e cinquenta e dois, datada de dezoito de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico de carácter urgente e excecional, em que é requerente Antero António Nascimento, da freguesia de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL EFETUADO POR ANTERO ANTÓNIO NASCIMENTO.

17 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO EM QUE É REQUERENTE MANUEL FERNANDO MOREIRA TELES NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, catorze mil oitocentos e setenta e dois, datada de dezasseis de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio para aquisição de medicação, em que é requerente Manuel Fernando Moreira Teles, da freguesia de Beire.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 12º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O





PEDIDO DE APOIO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO EFETUADO POR MANUEL FERNANDO MOREIRA TELES.

18 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO EM QUE É REQUERENTE JOSÉ MOREIRA BARROS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e sete mil duzentos e sessenta e um barra dezanove, datada de vinte e três de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio para aquisição de medicação, em que é requerente José Moreira Barros, da freguesia de Rebordosa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 12º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO EFETUADO POR JOSÉ MOREIRA BARROS.

19 - PEDIDO DE APOIO DE CARÁCTER URGENTE E EXCECIONAL EM QUE É REQUERENTE RUI RODRIGUES MOREIRA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, dezassete mil oitocentos e quarenta e seis, datada de vinte e cinco de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o



relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico de carácter urgente e excecional, em que é requerente Rui Rodrigues Moreira, da freguesia de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL EFETUADO POR RUI RODRIGUES MOREIRA.

20 - APOIO ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA FAZER FACE AO PLANO DE CONTINGÊNCIA COVID-19 - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação com o número de identificação de processo geral dezassete mil e trinta e três, datada de dezassete de março do corrente ano, proveniente do Pelouro de Ação Social, relacionada com o apoio a prestar às Instituições Particulares de Solidariedade Social, para fazer face ao Plano de Contingência COVID-19.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal não participou na discussão e votação do presente assunto.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o presente assunto visa ratificar os apoios entretanto atribuídos logo no início do flagelo provocado pelo COVID-19.

Pediu a palavra o Vereador Dr. Manuel Fernando Rocha que referiu que após análise da proposta ora em discussão se verifica que são 15 as instituições que beneficiaram deste apoio sendo que 13 delas receberão um apoio no valor de 750 euros durante três meses e as outras duas, um valor de 500 euros nos mesmos três meses. Acrescentou que o PSD estará a favor da proposta ora em discussão muito embora os valores em causa pudessem e devessem ser superiores. Questionou



quanto aos critérios pelos quais a Câmara Municipal se baseou para atribuição dos referidos montantes, no mesmo valor para 13 IPSS's e num valor menor para duas outras, pois que a informação disponibilizada é omissa quanto ao critério adotado.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que os valores em causa só não foram superiores dado que a Câmara Municipal assumiu *de per si* a aquisição de EPI's entretanto solicitado pelas respetivas instituições. Justificou que o valor entretanto atribuído teve como objetivo essencial permitir às IPSS's fazer face às despesas acrescidas, sobretudo com os utentes que se encontravam nos Centros de Dia e tiveram que ser assistidos no seu domicílio, facto que acarretou outras despesas anteriormente inexistentes. Relativamente aos valores menores, foram atribuídos às instituições que não tinham a mesma situação dos lares e adiantou que entretanto se irá apurar se a Casa do Povo de Bitarães está a prestar serviço, pois que existem indícios de que o centro de convívio não está a funcionar por falta de funcionários pelo que, deixará de ter apoio que reverterá a favor de outras instituições.

O Vereador Dr. Manuel Fernando questionou sobre se não foi ponderado, uma vez que o que está em causa é o apoio dado aos utentes no domicílio, o critério do número de utentes por instituição, pois que existem IPSS's com um número elevado de utentes apoiados no domicílio que recebem a mesma quantia que outras cujos utentes são em menor número. Deixou claro que não estava em causa o mérito da ajuda tão somente o critério adotado.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu que nem todas os utentes dos centros de dia necessitavam de apoio ao domicílio uma vez que dispunham de retaguarda familiar que o assegurava. Acrescentou que algumas instituições passaram a prestar apoio a outras pessoas que não estavam no Centro de Dia uma vez que devido às dificuldades existentes acabaram por ficar isoladas e sem hipóteses de se deslocarem para o seu dia a dia. Realçou que a Câmara Municipal estará em contacto com estas instituições e prometeu que, no caso de alguma delas entretanto manifestar dificuldades acrescidas, o valor será então aumentado.

Colocado o assunto a votação,



A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE AUTORIZOU A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA FAZER FACE AO PLANO DE CONTINGÊNCIA COVID-19, NOS PRECISOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

21 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral, dezassete mil oitocentos e cinquenta e dois, datada de vinte e seis de março do corrente ano, relacionada com a atribuição de um subsídio à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Rebordosa, para custear as taxas das licenças referentes à construção do quartel - Proc.º nº 265/18LI.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o assunto ora em discussão visa a devolução aos Bombeiros de Rebordosa do valor pago pelas taxas das licenças de construção do novo quartel.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE SETE MIL CENTO E VINTE EUROS E VINTE E QUATRO CÊNTIMOS, À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE REBORDOSA, PARA CUSTEAR AS TAXAS DAS LICENÇAS REFERENTES À CONSTRUÇÃO DO QUARTEL. (PROC.º Nº 265/18LI)

22 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral, dezoito mil e sessenta e dois, datada de vinte e sete de março do corrente ano, relacionada com a atribuição de subsídios às corporações de bombeiros e delegações da Cruz Vermelha, para o ano de 2020.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal não participou na discussão e votação do presente assunto.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal não participou na discussão e votação do presente assunto.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS CORPORações DE BOMBEIROS E DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA, PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE, NOS PRECISOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

## 23 - APOIO EXTRAORDINÁRIO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS E DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral, dezoito mil cento e sessenta e oito, datada de trinta de março do corrente ano, proveniente do Peloro da Proteção Civil, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um apoio extraordinário às Associações Humanitárias de Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha, para fazer face ao plano de contingência COVID-19.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal não participou na discussão e votação do presente assunto.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, a exemplo do que aconteceu com as IPSS's, houve necessidade de se proceder ao presente apoio dado que estas



entidades estão a colaborar com o município, quer na desinfeção dos espaços públicos, quer no apoio a idosos sem retaguarda familiar.

Pediu a palavra o Vereador Dr. Manuel Fernando Rocha que referiu que, sendo o valor atribuído às Associações de Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha idêntico ao atribuído às IPSS's, questionou se igualmente haverá apoio aos Bombeiros com vista à aquisição de EPI's, dado que se o apoio se resumir à verba em causa se torna manifestamente insuficiente, pois que os bombeiros são os primeiros a chegar aos locais de risco daí a necessidade de um apoio substancial.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o apoio ora em discussão visa unicamente as despesas extra como o combustível entre outras, uma vez que a Câmara Municipal tem fornecido outro tipo de material, nomeadamente máscaras e batas dada a dificuldade em obter este equipamento no mercado. Revelou que será feita uma encomenda de 300 fatos que custarão ao município cerca de 9 mil euros e que, quaisquer apoios adicionais não deixarão de ser apresentados em reunião de Câmara para ratificação. Deixou ainda o compromisso de que os Vereadores do PSD serão chamados, para se pronunciarem, através de videoconferência no caso de serem necessárias quaisquer medidas adicionais às já tomadas.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO ECONÓMICO MENSAL EXTRAORDINÁRIO PELO PERÍODO DE TRÊS MESES (ABRIL, MAIO E JUNHO), NO VALOR DE SETECENTOS E CINQUENTA EUROS A CADA UMA DAS CINCO CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS E ÀS DUAS DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA DO CONCELHO, PARA FAZER FACE AO PLANO DE CONTINGÊNCIA COVID-19, CONFORME INFORMAÇÃO APRESENTADA.



E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.

Sendo onze horas e quinze minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.

E eu, Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.



Alexandre Almeida, Dr.

